

TERMO DE REFERÊNCIA
SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 964 monitores de vídeo multimídia com 23,8" e 60 meses de garantia.

1.2. O objeto da contratação caracteriza-se como comum (aquele cujo padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);.

1.3. A compra enquadra-se no seguinte tipo:

☒ Compra imediata e integral (em até 30 dias da ordem de fornecimento), sem obrigações futuras

☐ Compra imediata com obrigações futuras

☐ Compra sob demanda (com prazo certo, não continuado)

☐ Fornecimento contínuo (compra sob demanda, mas continuada).

1.4. Os bens a serem adquiridos são:

☒ Itens de patrimônio

☐ Itens de consumo

☐ Patrimônio e Consumo

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 6 meses, a contar do empenho da despesa.

1.6. A contratação não será prorrogada.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. A solução foi definida em Estudo Técnico Preliminar, constante do procedimento de gestão administrativa PGEA 00596.000.339/2025.

2.2. Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

☒ O produto NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

2.3. Marca(s) ou modelo(s)

☒ Não há indicação de marca/modelo.

2.4. BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕE A SOLUÇÃO

Aquisição de 964 monitores de vídeo multimídia 23,8" com 60 meses de garantia.

O objeto que se pretende contratar deverá conter as seguintes características:

- 2.4.1. Monitor de vídeo tecnologia IPS, com medida diagonal mínima de 23,8", não incluída a moldura, proporção 16:9.
- 2.4.2. Brilho mínimo de 250 cd/m2.
- 2.4.3. Tempo de resposta de no máximo 8 ms.
- 2.4.4. Tela antibrilho.
- 2.4.5. Suportar resolução mínima de 1920 x 1080 pontos, à frequência de varredura de 60 Hz.
- 2.4.6. Contraste estático mínimo 1000:1 e suporte a 16,7 milhões de cores no mínimo.
- 2.4.7. Ângulo de visão mínimo 178° H / 178° V.
- 2.4.8. Cor da máscara externa e do corpo do monitor: preta, prata ou cinza.
- 2.4.9. Compatível com Windows 11, acompanhado dos respectivos drivers.
- 2.4.10. Tensão de alimentação com comutação automática na faixa de 100 VCA a 240 VCA na frequência de 60 Hz, sendo a fonte interna ao monitor, acompanhada de cabo de conexão. Não serão aceitos monitores com fonte externa.
- 2.4.11. Possuir, no mínimo, uma conexão digital de entrada de vídeo, no padrão HDMI.
- 2.4.12. Possuir, no mínimo, uma conexão analógica de entrada de vídeo, no padrão VGA.
- 2.4.13. Cabo de Vídeo (HDMI e VGA): ≥ 1,5m (admitindo variação de 5% para mais ou para menos).
- 2.4.14. Possuir, no mínimo, 1 conexão USB Tipo A (livre), localizada na lateral ou abaixo da tela. É necessário o fornecimento do cabo de conexão para o computador.
- 2.4.15. Deverá possuir base com ajuste de altura, inclinação, rotação e pivotagem. A base deve ser parte integrante do projeto do monitor, fornecida pelo mesmo fabricante do monitor, não sendo aceita base externa ou adaptada.
- 2.4.16. Câmera integrada: Não serão aceitas adaptações, devendo ser integrada ao equipamento.
 - 2.4.16.1. FHD RGB câmera;
 - 2.4.16.2. Resolução: ≥ 1920 x 1080 (FHD);
 - 2.4.16.3. Luz de status funcionamento;
 - 2.4.16.4. Sistema de privacidade da webcam.
- 2.4.17. Sistema de áudio integrado.
 - 2.4.17.1. Conexão frontal ou lateral tipo (P3): Combo;
 - 2.4.17.2. Alto-falante embutido interno: ≥ 4 w;
 - 2.4.17.3. Alto-falante interno: ≥ 2 alto-falantes, com potência somada ≥ 4 W.
- 2.4.18. Caso o equipamento não possua o sistema de privacidade da webcam integrado ao chassi, será aceito o fornecimento de tampa adesiva para Webcam, sendo que, esta não poderá ultrapassar as dimensões do equipamento e obstruir a tela. O equipamento deverá ser entregue com a peça já fixada.
- 2.4.19. Deverá ser fornecido cabo de alimentação padrão norma NBR 14136.

- 2.4.20. Os equipamentos deverão estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos equipamentos descontinuados pelos fabricantes;
- 2.4.21. Todos os equipamentos deverão ser idênticos entre si em todos os detalhes internos e externos.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Em virtude da necessidade de manter o parque de equipamentos com condições boas de uso, o ideal seria que o monitor mais antigo tivesse no máximo 5 anos, mas devido a restrições orçamentárias passamos a estender ao máximo a vida útil dos monitores, inclusive com substituição de peças obsoletas. Assim, hoje temos no parque monitores, revitalizados, mas com 10 anos de uso, não sendo possível estender mais esse tempo, já que a manutenção passa a ser mais dispendiosa do que a substituição.

Tal métrica ideal de 5 anos de ciclo de vida leva em conta o avanço tecnológico, desde a evolução do sistema operacional (Windows 7, 10 e 11), o uso massivo de sistemas e ainda novas necessidades, como uso de soluções de videoconferência, que exigem muito mais recurso computacional do que outrora.

Além disso, no mês de maio de 2024, diversos prédios do Ministério Público do Rio Grande do Sul foram afetados pelas inundações que assolaram o estado do Rio Grande do Sul. Como consequência, parte dos equipamentos de informática da instituição, que lá se encontravam, ficaram submersos por diversos dias.

Após as águas baixarem e tendo sido possível novamente acesso aos prédios, foi feita a contabilidade de equipamentos novos e em uso que ficaram expostos à ação da água barrenta

Foram recolhidas algumas unidades para a bancada de manutenção da Unidade de Equipamentos para avaliação das condições e tentativas de algum tipo de recuperação, o que não foi possível em função do elevado grau de contaminação e oxidação resultantes da ação da água.

Diante da situação exposta, o MPRS, visando repor equipamentos de tecnologia da informação e comunicação necessários ao desenvolvimento de suas atividades institucionais, encaminhou a solicitação de aquisição de novos equipamentos.

O Funrigs (criado pelo decreto 57.647) é um fundo público especial de natureza orçamentária, financeira e contábil, com o objetivo de segregar, centralizar e angariar recursos destinados para o enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais decorrentes dos eventos climáticos ocorridos em 2023 e 2024.

Os recursos serão utilizados para planejamento, formulação, coordenação e execução de ações, projetos ou programas voltados para a implantação ou ampliação da resiliência climática e para o enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais decorrentes dos eventos climáticos.

As principais ações do Funrigs estarão voltadas para o restabelecimento, a recuperação, a reconstrução ou construção de alternativas para a infraestrutura logística e de mobilidade urbana e rural; para a infraestrutura dos serviços públicos, em especial dos essenciais à população, como saúde, educação e segurança; para as condições habitacionais, em especial à população carente diretamente atingida pelos eventos climáticos.

Ações serão direcionadas à realocação de populações afetadas pelos eventos climáticos, à resiliência climática, em especial por meio de infraestrutura e estratégias sociais, econômicas e tecnológicas para eliminação ou mitigação da vulnerabilidade climática.

E, ainda, terá entre seus objetivos promover o desenvolvimento econômico-sustentável do Estado, por meio de investimentos estratégicos capazes de criar infraestrutura econômica e estimular o desenvolvimento de um ambiente propício ao fortalecimento e à implementação de cadeias produtivas, de forma a incentivar o aumento da produtividade da economia estadual, o desenvolvimento regional, o incentivo à inovação e à sustentabilidade, bem como o equilíbrio das contas para o enfrentamento da tragédia climática.

As principais ações do Funrigs estarão voltadas para:

- restabelecimento, recuperação, reconstrução ou construção de alternativas para infraestrutura logística e de mobilidade urbana e rural; infraestrutura dos serviços públicos, em especial dos essenciais à população, como saúde, educação e segurança; condições habitacionais, em especial à população carente diretamente atingida pelos eventos climáticos;
- realocação de populações afetadas pelos eventos climáticos;
- resiliência climática, em especial por meio de infraestrutura e estratégias sociais, econômicas e tecnológicas para eliminação ou mitigação da vulnerabilidade climática;
- assistência às populações afetadas pelos eventos climáticos;
- promoção do desenvolvimento econômico-sustentável do Estado, por meio de investimentos estratégicos capazes de criar infraestrutura econômica e estimular o desenvolvimento de um ambiente propício ao fortalecimento e à implementação de cadeias produtivas, de forma a incentivar o aumento da produtividade da economia estadual, o desenvolvimento regional, o incentivo à inovação e à sustentabilidade;
- equilíbrio das contas para enfrentamento à tragédia climática.

Havendo a disponibilidade de reposição dos prejuízos advindos das enchentes, por meio de recursos financeiros disponibilizados pelo FUNRIGS (Fundo do Plano Rio Grande), encaminhamos projeto ao referido fundo, que foi aprovado.

A contratação tem por embasamento as normativas editadas pelo Governo Estadual, notadamente:

- a) A decretação do estado de calamidade no Estado do Rio Grande do Sul, Decreto nº 57.596/2024;
- b) A reconstrução da infraestrutura dos serviços públicos, prevista no Decreto nº 57.647/2024, art. 6º, I, b;

Não há custeio futuro decorrente do investimento pleiteado (art. 5º, III, Resolução 02/2024).

3.2. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA INSTITUIÇÃO (ESTRATÉGICO/TI E PCA)

3.2.1 Esta aquisição visa ser aderente aos seguintes itens do Mapa Estratégico do MPRS:

- a) Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários
- b) Prover soluções tecnológicas integradas e inovadora
- c) Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada
- d) Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação

3.3. Esta contratação está prevista no item 530 do orçamento da DTIC para 2025.

3.4. ESTIMATIVA DA DEMANDA

Estima-se que a necessidade inicial mínima é para suprir a substituição de itens defasados e a falta de equipamentos para novos servidores e estoque de manutenção seja de 964 unidades.

3.5. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Não haverá parcelamento, pois todos os itens possuem características comuns, podendo, comumente, ser disponibilizados por um único fornecedor. A segregação da licitação em quantidades menores provocaria perda de ganho em escala, além de prejudicar a padronização dos equipamentos e controle da prestação da garantia.

3.6. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

Como resultados, esperamos poder atender as novas demandas de desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial no âmbito institucional.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. REQUISITOS DO NEGÓCIO

O funcionamento do MPRS é fortemente dependente de recursos de tecnologia da informação e comunicação. Sua manutenção precisa ser prevista, dimensionada e operacionalizada para que não seja afetada a continuidade dos serviços prestados por interrupções causadas pela indisponibilidade de recursos tecnológicos.

4.2. REQUISITOS LEGAIS

Não se aplicam para o objeto por tratar-se de compra com entrega integral.

4.3. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

Não se aplicam para o objeto por tratar-se de compra com entrega integral.

4.4. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

Não se aplicam para o objeto por tratar-se de compra com entrega integral.

4.5. REQUISITOS TEMPORAIS

O prazo para entrega dos bens adquiridos é o estipulado no item 6.1.

4.6. REQUISITOS DE SEGURANÇA

Não se aplicam para o objeto por tratar-se de compra com entrega integral.

4.7. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

- a) Visando manter os requisitos de sustentabilidade e pequeno impacto ambiental, exige-se que os produtos sejam embalados em materiais recicláveis, visando a adequada destinação desses itens.
- b) O descarte de embalagens e resíduos sólidos será efetuado conforme Plano de Logística Sustentável Institucional, publicado em conformidade com o Provimento nº 03/2023-PGJ.

4.8. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

Não se aplicam para o objeto por tratar-se de compra com entrega integral.

4.9. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO

Não se aplicam para o objeto por tratar-se de compra com entrega integral.

4.10. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

Não se aplicam para o objeto por tratar-se de compra com entrega integral.

4.11. REQUISITOS DE GARANTIA DO OBJETO

- 4.11.1. A garantia dos equipamentos fornecidos compreende os defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, acondicionamento, transporte ou desgaste prematuro, envolvendo, obrigatoriamente, a substituição de peças, bem como quaisquer circunstâncias que venham a prejudicar ou impedir o perfeito funcionamento de todos os recursos do equipamento.
- 4.11.2. A garantia deverá ser dada pelo fabricante dos equipamentos, devendo ser executada por sua rede credenciada de assistência técnica.
- 4.11.3. O prazo de garantia e manutenção é de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar da data do recebimento definitivo dos equipamentos, prestado “on-site”, nas 165 localidades do RS onde o MPRS possui prédios, das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira.
- 4.11.4. Os equipamentos, componentes, ou peças de reposição, utilizados na manutenção corretiva serão novos e de primeiro uso.
- 4.11.5. O Prazo máximo para o início do atendimento do chamado em garantia é de até 03 (três) dias úteis a contar da abertura do chamado.
- 4.11.6. O Prazo máximo para a conclusão do atendimento do chamado em garantia é de até 10 (dez) dias úteis a contar da abertura do chamado.

4.12. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Não se aplicam para o objeto por tratar-se de compra com entrega integral.

4.13. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE

Não se aplicam para o objeto por tratar-se de compra com entrega integral.

4.14. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

4.14.1. A CONTRATADA deverá contratar junto ao fabricante do produto a garantia estendida, que contemple o prazo de 5 anos após o recebimento dos bens. A assistência técnica deverá, portanto, ser prestada pelo fabricante.

4.14.2. Os requisitos de assistência técnica de responsabilidade do fabricante são as seguintes:

4.14.2.1. Os chamados técnicos serão abertos por telefone, e-mail ou por sistema via Internet.

4.14.2.2. No caso de inviabilidade técnica ou econômica do reparo do equipamento, a fabricante deverá promover a sua substituição em caráter definitivo por outro de mesmas características técnicas e em perfeito estado de funcionamento, sem que isto implique ônus adicional para a Procuradoria-Geral de Justiça. A substituição definitiva será admitida a critério da Procuradoria-Geral de Justiça, após prévia avaliação técnica da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação quanto às condições de uso do equipamento ofertado, em relação àquele a ser substituído.

4.14.2.3. Para cada intervenção de manutenção deverá ser registrado um novo chamado técnico, não sendo aceita, em qualquer hipótese, a reabertura de chamados pré-existentes para o referido equipamento.

4.14.2.4. Caso haja a necessidade de recolhimento de um equipamento, é obrigatória a utilização de backup (equipamento para substituição temporária) durante o prazo de reparo do recolhido. O equipamento de backup deverá ser, no mínimo, de mesmo porte, capacidade e características do substituído e a substituição temporária deverá ser precedida de autorização da Unidade de Equipamentos da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação.

4.15. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Não se aplicam para o objeto por tratar-se de compra com entrega integral.

4.16. PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

4.17. OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS

Não Há.

4.18. As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

- a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e e-mail, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) manter preposto aceito pela Administração;
- j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO

- a) O prazo para entrega dos bens adquiridos é de 30 dias após o recebimento da ordem de fornecimento.
- b) Local de entrega dos bens: Unidade de Patrimônio e Almoxarifado, situada na situada na Rua Leopoldo Fróes, 86 -Porto Alegre – Floresta - CEP: 90220-090, telefone (51) 32952090 / 32952080.
- c) A entrega deve ser efetuada de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 17:00h e deverá ser agendada com antecedência mínima de 2 dias úteis .

6.2. QUANTIDADES MÍNIMAS

Não se aplicam.

6.3. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

- a) As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- b) Os Documentos fiscais deverão ser encaminhados para o e-mail “nf-adi@mprs.mp.br”, ou para Unidade de Apoio Administrativo-DTIC - Rua Andrade Neves 106/ 9º andar, Bairro Centro, na Cidade de Porto Alegre, telefone (51) 3295-8198.

6.4. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

Não se aplicam para o objeto por tratar-se de compra com entrega integral.

.

6.5. SUBCONTRATAÇÃO:

É vedada a subcontratação

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

7.1. FORMALIZAÇÃO:

- ☒ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato
- ☐ Contrato

7.2. ORDEM DE SERVIÇO:

- ☒ Uma ordem de serviço para todo o contrato
- ☐ Várias ordens de serviço, sob demanda, durante a execução do contrato

7.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.3.1. A execução do contrato será coordenada apenas pelo fiscal, que acumula as funções de gestor e fiscal. Utilizar esta redação para os casos em que a contratação se dá por nota de empenho.

7.3.2. Responsáveis pela Gestão e Fiscalização:

- a. A fiscalização será exercida pela Unidade de Equipamentos, por meio do servidor Rubens Ricardo Freiburger e, como substituto, pela servidora Bárbara Brunetto Benites de Mello, ambos com o endereço na Rua Andrade Neves 106/13º andar, Bairro Centro, na Cidade de Porto Alegre, telefone (51) 3295-8050.

7.3.3. O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.3.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.3.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b) anotar no procedimento, à medida que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexecução ou irregularidade, determinando prazo para a correção;
- d) comunicará o gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas.

7.4. SANÇÕES

7.4.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a) multa por atraso: 0,5% sobre o valor da ordem de fornecimento, por dia de atraso, no máximo de 20 dias;
- b) advertência
- c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.4.2. A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

Não haverá avaliação da execução por instrumento de medição de resultado (IMR).

8.2. RECEBIMENTO

8.2.1. Haverá recebimento dos bens conforme abaixo:

- a) Provisoriamente, no prazo de até 5 dias úteis da entrega do objeto, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo de até 15 dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.2.1.1. O recebimento definitivo dos bens será realizado após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) verificar documento dos fiscais técnicos e requisitantes, acerca da prestação dos serviços e cumprimento das obrigações;

8.2.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

8.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.3. PAGAMENTO

8.3.1. Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.3.2. O documento fiscal deverá ser apresentado no ato da entrega provisória dos bens.

8.3.2.1. A Nota fiscal deverá ser enviada:

- a) Aos cuidados de: Unidade de Apoio Administrativo - Informática
- b) Endereço de e-mail: nf-adi@mprs.mp.br
- c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: (51) 3295-8311

8.3.2.2. A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.3.2.3. Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.3.3. Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

- ☒ Não
☐ Sim.

8.3.4. O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo do objeto.

8.3.5. Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.3.6. O não pagamento na data implica em atualização monetária entre as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação pro rata die do IPCA.

8.4. REAJUSTE

8.4.1. Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

8.4.2. Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se feito).

8.4.3. O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9. PROTEÇÃO DE DADOS

O objeto do contrato não envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa não atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.079/2018).

10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. FORMA DE SELEÇÃO

- ☒ Licitação
- ☐ Aviso de contratação direta (contratação direta com disputa - art. 75, inc. I e II)
- ☐ Contratação direta (dispensa e inexigibilidade, sem disputa)

10.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☐ Menor preço global
- ☒ Menor preço por item

10.3. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021)
- ☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06
- ☐ O tratamento diferenciado observa regra de mercado ou exceção legal:
 - ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

10.4. EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA

10.4.1. Amostra:

Não será exigida amostra.

10.4.2. Documentação para Proposta

10.4.2.1. Serão aceitos os documentos a seguir relacionados, como forma de comprovação, os quais deverão acompanhar a proposta:

- a) Catálogos, prospectos, folhetos, manuais e outros documentos emitidos pelo fabricante (em papel ou outra mídia digital), não sendo aceitos documentos impressos de qualquer natureza produzidos com a finalidade específica de possibilitar e qualificar tecnicamente a proposta da LICITANTE e/ou;

- b) Documentos obtidos pela Internet no site do fabricante do hardware ou do software, cujas páginas deverão ser impressas com a indicação do endereço URL em que foram obtidas;
- c) Para os casos em que não seja possível a comprovação das características técnicas por meio dos documentos antes relacionados, poderá ser apresentado documento oficial, emitido pelo fabricante do item, ou pelo seu preposto legal no Brasil.

10.4.2.2. A falta de comprovação documental exigida neste item e subitem, somente acarretará a DESCLASSIFICAÇÃO da proposta, quando não for possível realizar o exame de conformidade do bem ofertado com as especificações estabelecidas no Edital.

10.4.3. Carta de Solidariedade

Não será exigida Carta de Solidariedade

10.4.4. Laudos e Declarações

Não serão exigidos laudos e declarações.

10.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Não haverá

10.6. CONSÓRCIO

Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.

11. ESTIMATIVA DO VALOR

O valor unitário estimado para esta contratação é de R\$ 1.750,00, totalizando R\$ 1.687.000,00 para as 964 unidades, devendo ser publicizado.

Documento produzido pela equipe de planejamento:

	Nome
Integrante da área requisitante	RUBENS RICARDO FREIBERGER
Integrante da área técnica	ADROALDO LUIZ MINOSSI COSTA,
Integrante da área administrativa	RONI MARTINS BOTELHO